

# DESAFIOS DO ENFERMEIRO FRENTE AO PUERPÉRIO DE MULHERES ENCARCERADAS: REVISÃO INTEGRATIVA

Challenges of nurses in the puerperium of incarcerated women: integrative review

**MOURA, VITORIA RACHEL DE OLIVEIRA**

Centro Universitário de Jaguariúna

**PINTO, ELIS REGINA**

Centro Universitário de Jaguariúna

**GODOY, RAYANE HELOISA DE**

Centro Universitário de Jaguariúna

**MONTANARI, FÁBIO LUIS**

Centro Universitário de Jaguariúna

**Resumo:** Este estudo foi desenvolvido a partir do interesse em aprofundar os conhecimentos sobre os desafios que o enfermeiro enfrenta no acompanhamento do puerpério de mulheres encarceradas, com o objetivo de revisar a literatura baseada neste conteúdo. Metodologia: foi realizado a busca avançada, utilizando os Descritores em Ciências da Saúde e seus sinônimos: “Período pós-parto; Puerpério; Enfermagem; Prisioneiros; Encarcerados”, junto com os operadores booleanos OR e AND, assim foram encontrados 1.288 artigos, os quais foram filtrados com base em nossos critérios de inclusão, permanecendo 192 artigos que foram avaliados, sendo selecionados 4 para nosso estudo. Resultados e Discussão: Os artigos apontam que a maioria das mulheres encarceradas são jovens adultas, solteiras e com baixa escolaridade. Entre elas se encontram gestantes e puérperas, que entraram na prisão grávidas ou não. A política de atenção à saúde da mulher estabelece que toda gestante privada da liberdade tem direito a acompanhamento adequado durante toda a gestação, incluindo o pré-natal, o parto e o puerpério, assim como a saúde da criança, porém a maioria das penitenciárias brasileiras não possuem estrutura nem atendimento adequados, o que expõe a riscos a gestante e ao seu filho.

**Palavras-chave:** Puerpério; Assistência de Enfermagem; Mulheres encarceradas.

**Abstract:** This study was developed from the interest in deepening the knowledge about the challenges that nurses face in the postpartum follow-up of incarcerated women, with the aim of reviewing the literature based on this content. Methodology: an advanced search was performed, using the Health Sciences Descriptors and their synonyms: “Postpartum period; Puerperium; Nursing; Prisoners; Imprisoned”, together with the Boolean operators OR and AND, thus, 1,288 articles were found, which were filtered based on our inclusion criteria, remaining 192 articles that were evaluated, with 4 being selected for our study. Results and Discussion: The articles show that most incarcerated women are young

adults, single and with low education. Among them are pregnant and postpartum women, who entered prison pregnant or not. The woman's health care policy establishes that every pregnant woman deprived of liberty has the right to adequate monitoring throughout her pregnancy, including prenatal care, childbirth and the puerperium, as well as the health of the child, but most Brazilian prisons they do not have adequate structure or care, which exposes the pregnant woman and her child to risks.

**Key-words:** Puerperium; Nursing Assistance; incarcerated women.

## INTRODUÇÃO

De acordo com pesquisas recentes realizadas pela Lista Mundial da População Carcerária, o Brasil é o 3º país do mundo com as maiores populações privadas de liberdade, com 690.000 presos, sendo em média 45.000 mulheres. Apesar do número de mulheres ser expressivamente menor, entre os anos de 2000 e 2014, a população feminina aumentou em 567%, sendo 347% maior que o crescimento da população masculina. (SILVA *et al.*, 2020).

O perfil das mulheres encarceradas é de jovens com média de 18 á 29 anos, sendo em sua maioria negras, solteiras e com ensino fundamental incompleto, o principal crime cometido por elas é o tráfico de drogas e cerca de 5% possui IST's (Infecções Sexualmente Transmissíveis) com maiores índices respectivamente de HIV, sífilis, hepatite e tuberculose. Somente no estado de São Paulo estão localizadas 39% da população feminina encarcerada no Brasil. (FOCHI *et al.*, 2017).

As condições de saúde atualmente encontradas nas penitenciárias ainda são precárias, o que agrava as taxas de contaminação de doenças, principalmente IST's. A falta de ações preventivas e condições insalubres das celas é ainda mais preocupante para a população feminina em cárcere, tornando-as ainda mais vulneráveis em relação a população masculina. (BORGES, *et.al.*2018).

O sistema carcerário foi planejado e criado por homens, e a legislação que propõe a construção de unidades prisionais que possam atender as necessidades da mulher presa ainda é recente. Mas desde 2019, existem regras na Lei de Execução Penal (art.83, par.3º) que determina que a segurança interna dos presídios femininos deve ser realizada exclusivamente por mulheres, pensando no bem-estar e respeito aos direitos da mulher em situação de prisão. Os artigos 83, par 2º e 89 da LEP afirmam que as prisões femininas tenham berçário e creche para

que os filhos permaneçam com a mãe no tempo em que a lei permite. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2019).

O ministério determina que a mulher tenha os mesmos direitos que o homem preso, incluindo a visita íntima, independentemente de sua orientação sexual ou demais aspectos, devendo ter seus direitos respeitados. Isso significa que a prisão não impede a possibilidade da mulher presa passar pelas fases do ciclo reprodutivo: a gestação, parto, puerpério e amamentação. Sobre os direitos reprodutivos, a Portaria Interministerial n. 210, que instituiu a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional garantem condições adequadas de assistência às mães presas e aos seus filhos. A implementação de leis e de políticas públicas é extremamente importante para diminuir os índices de morbimortalidade materna e infantil. (FRANÇA *et al.*, 2015).

A gravidez desperta na mulher transformações físicas e emocionais, que começam no momento da concepção e continuam até o parto e o puerpério. O momento do pós-parto é desafiador, e traz diversas alterações hormonais, o enfermeiro pode identificar riscos e diagnósticos, percebendo por exemplo dificuldades na amamentação ou na interação da mãe com o bebê, além da ansiedade, medo, entre outros. (ELIAS *et al.*, 2021).

Uma gestação necessita de cuidados redobrados com a saúde, no caso de gestantes encarceradas, esses cuidados precisam ser ainda maiores, devido a vulnerabilidade que as mesmas se encontram nesse período e local. (CHAVES *et al.*, 2020).

A Constituição Brasileira garante que após o nascimento, as mães podem ficar com seus filhos durante o período de amamentação, o Estatuto da Criança e do Adolescente reforça essa garantia, e o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária prevê que os filhos devem permanecer com as mães até no mínimo um ano e seis meses, passando após por uma fase de adaptação gradual de separação. (DELZIOVO, *et al.*, 2015).

Um dos principais problemas do puerpério de mulheres encarceradas é a falta de estrutura física adequada no sistema prisional, onde deveriam existir dormitórios, brinquedoteca, área de lazer e creche, segundo garante a Resolução nº 3/2009 do CNPCP, mas infelizmente ela não costuma ser obedecida pelas unidades prisionais do Brasil. (DELZIOVO, *et al.*, 2015).

Diante desse ambiente cercado de dificuldades, o Enfermeiro tem um papel extremamente importante na promoção da saúde, realizando um acompanhamento eficaz, empático e humanizado. Trazendo assim, mais qualidade de vida para a população feminina privada de liberdade, diminuindo os agravos trazidos pelo confinamento. (BORGES, *et.al.*2018).

Assegurar a permanência do filho com a mãe é indispensável para o desenvolvimento da criança, além da amamentação e todos os benefícios que a mesma trás, é nesse momento que é criado o vínculo entre a mãe e o bebê, o que pode ser prejudicial caso sejam afastados. (DELZIOVO, *et al.*, 2015).

## **OBJETIVO**

Revisar a literatura baseada no conteúdo do acompanhamento de enfermagem com puérperas encarceradas, construindo assim uma revisão integrativa da literatura.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura referente ao papel do Enfermeiro no acompanhamento de puérperas encarceradas em unidades prisionais do Brasil.

A partir da inquietação e formulação da pergunta norteadora: “Como o Enfermeiro realiza o acompanhamento puerperal de mulheres encarceradas? ”, surgiu a vontade de buscar mais sobre o tema e assim realizar este artigo de revisão integrativa, com objetivo de identificarmos o papel que o enfermeiro tem na atenção a essas mulheres neste momento tão delicado.

Para o levantamento dos artigos, realizamos uma busca entre os meses de março a setembro de 2021, utilizando as bases Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Base de Dados de Enfermagem (BDENF) através do Portal Regional da BVS (Biblioteca Virtual de Saúde).

Realizamos então a busca avançada, utilizando os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e seus sinônimos: “Período pós-parto; Puerpério; Enfermagem; Prisioneiros; Encarcerados”, junto com os operadores booleanos OR e AND. Foram encontrados 1.288 artigos, os quais foram filtrados com base em nossos critérios de inclusão: Artigos com texto completo, publicados em português nos últimos 10 anos,

e como assunto principal o período pós-parto e cuidados de enfermagem. Após o refinamento foram encontrados 192 artigos, os quais foram avaliados seus títulos e resumos, permanecendo 4, que se encaixaram em nosso tema e responderam nossa pergunta norteadora.

Realizamos novas buscas utilizando outros descritores que se enquadravam em nosso tema principal, porém os resultados permaneceram os mesmos.

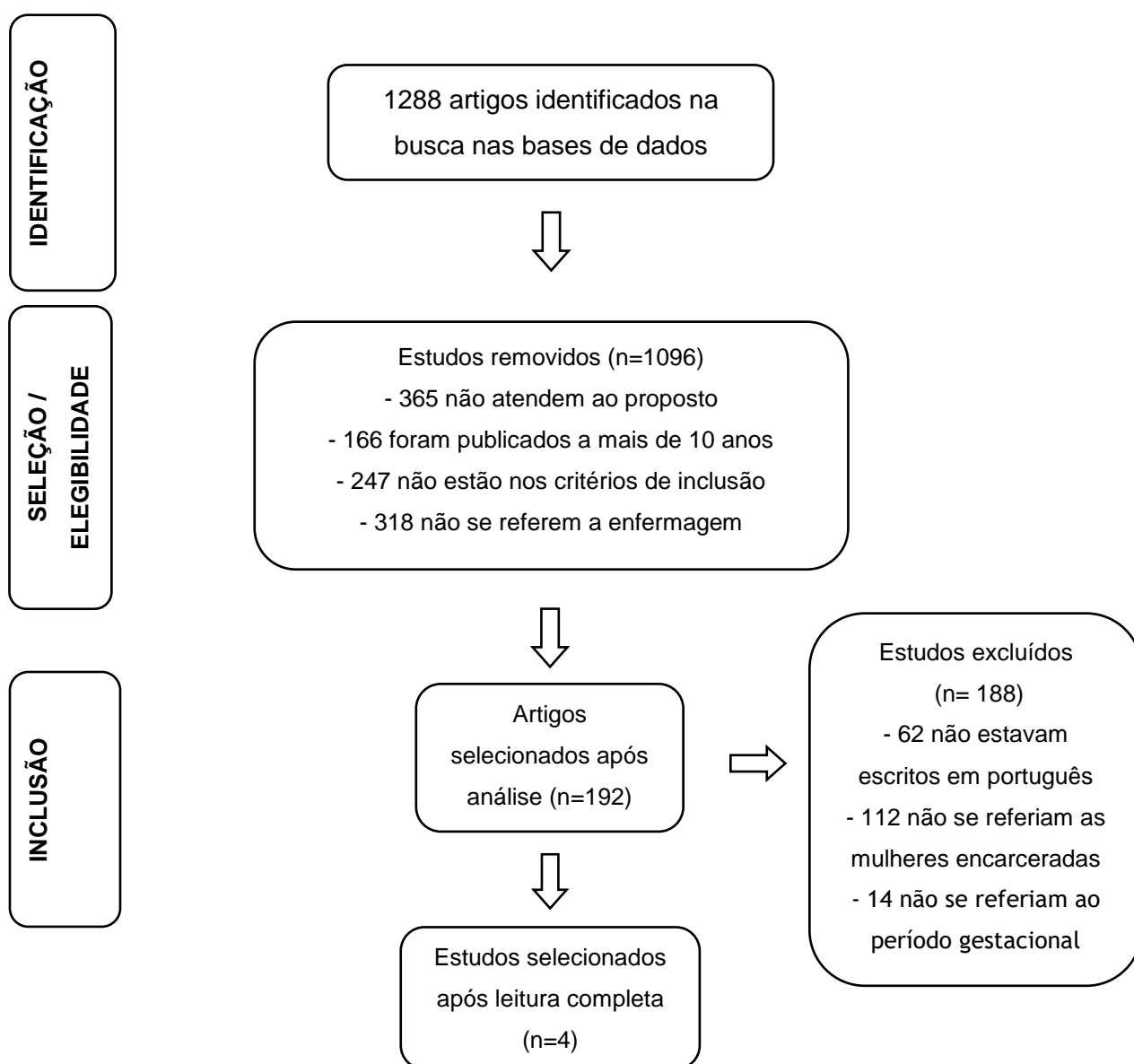


FIGURA 1- Fluxo do processo de seleção dos estudos. Adaptado do PRISMA.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos resultados foi exposta no quadro 1, sendo alocados o número da referência do artigo, a base de dados onde foi publicado, nome do autor, ano de publicação e o título do artigo. As publicações foram encontradas nas bases de dados LILACS e BDEF, através do Portal Regional da BVS, e foram publicadas entre 2017 e 2020.

Quadro 1. Artigos incluídos segundo a Base de Dados, autores, ano e título.

<b>Nº</b>	<b>Base de Dados</b>	<b>Autor/Ano</b>	<b>Título</b>
<b>1</b>	BDEF - Enfermagem / LILACS	Ferreira, Luzane de Sousa ;et al., 2017.	Percepção de presidiárias sobre a assistência à saúde materna em uma penitenciária feminina.
<b>2</b>	BDEF - Enfermagem / LILACS	Silva, Jeferson Barbosa; et al., 2020	Mulheres em privação de liberdade: narrativas de des(assistência) obstétrica.
<b>3</b>	LILACS	Souza, Geovanna Camêlo; et al., 2018.	Reflexões sobre a assistência em enfermagem à mulher encarcerada: um estudo de revisão integrativa.
<b>4</b>	BDEF - Enfermagem	Andrade, A.B.C.A; Gonçalves, M.J.F, 2018	Maternidade em regime prisional: desfechos maternos e neonatais.

Devido ao grande número de mulheres em situação prisional, foi instituído pelo Ministério da Saúde, e também pelo ministério da Justiça, o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP), que visa a atenção integral a saúde da população penitenciária brasileira. Entre a atenção a mulher encarcerada é

garantido o acesso ao pré-natal, atendimento de intercorrências, parto, assistência ao puerpério, controle do CA de útero e mamas. (FERREIRA *et al.*, 2017).

Observou-se que a maioria das mulheres em privação da liberdade são jovens-adultas, na faixa etária de 18 a 30 anos, solteiras, com baixa escolaridade e que foram deixadas pelos companheiros (a) após o encarceramento. (SILVA *et al.*, 2020).

Além da baixa escolaridade, o baixo nível socioeconômico, desemprego e pouco acesso aos serviços de saúde também faziam parte da realidade dessas jovens antes da prisão. Muitas apresentam histórico de IST's, e envolvimento com a prostituição e o tráfico e uso de drogas. A exclusão social em que as mesmas se encontravam antes da prisão, constituem uma população vulnerável e exposta ao alto índice de uma gravidez de risco. (SOUZA *et al.*, 2018).

Entre as mulheres encarceradas se encontram gestantes e puérperas, que entraram na prisão grávidas ou não. Através da política de atenção à saúde da mulher, foi estabelecido que toda gestante privada da liberdade tem direito a acompanhamento adequado durante toda a gestação, incluindo o pré-natal, o parto e o puerpério, assim como a saúde da criança. (ANDRADE *et al.*, 2018).

Segundo o Conselho Nacional de Justiça, apenas 48 unidades prisionais brasileiras apresentam cela ou dormitório adequado para gestantes. E apesar da garantia na Lei da assistência as mulheres durante a gestação e puerpério, a maioria das penitenciárias brasileiras não possuem estrutura nem atendimento adequado, o que acarreta na precária atenção à saúde e a exposição de riscos a gestante e ao seu filho. (SOUZA *et al.*, 2018)

Além de inúmeros problemas de estrutura física para as gestante e puérperas, existe o conflito da falha de comunicação entre o sistema prisional e os familiares das gestantes, a falta de empatia dos profissionais que atuam no ambiente e as complicações maternas como a pré-eclâmpsia, descolamento prematuro da placenta, amniorrexe prematura e infecções de feridas, principalmente quando se realiza cesárea. No puerpério as mães se preocupam muito com a relação entre ela e seu bebê e a falta de espaço adequado para um recém-nascido e para uma amamentação saudável. (ANDRADE *et al.*, 2018)

Durante o período da gestação, ocorrem diversas modificações no organismo da mulher, assim como no seu psicológico, no período puerperal, essas

transformações tendem a voltar como eram antes da gestação, mas esse é um período delicado e que é diferente de mulher para mulher. (FERREIRA *et al.*, 2017).

É válido salientar a fragilidade de atenção à saúde em todas as fases do ciclo gravídico puerperal, envolvendo assistência no pré-natal, vivência não percebida de violência obstétrica, sentimentos de abandono no parto e falta de ambiente adequado para os recém-nascidos dentro da instituição correcional. (SILVA *et al.*, 2020)

Um dos principais motivos que prejudicam o vínculo da mãe e o bebê, é a falta de estrutura das penitenciárias para o acolhimento das puérperas e os neonatos, um ambiente que deveria ser acolhedor, acaba sendo fonte de ansiedade e medo, devido à falta de estrutura, umidade, celas, e a falta de suporte para o aleitamento e desenvolvimento da criança. O ambiente mal planejado não oferece suporte ao aleitamento materno, ou espaço para o desenvolvimento adequado da criança. (ANDRADE, *et al.* 2018).

A equipe multidisciplinar de atendimento às mulheres privadas de liberdade é escassa, contando somente com um enfermeiro e um técnico de enfermagem para realizar o acompanhamento das gestantes e puérperas em seus cuidados diários. A consulta médica é a cada 15 dias ou 30 dias, se caso grave é necessário deslocamento da unidade. Aos olhos das reeducandas não há acolhimento por parte dos profissionais que as atendem e ainda são vistas com olhares preconceituosos e amedrontados. (SOUZA *et al.*, 2018).

A lei permite que os filhos de mulheres em cárcere permanecem com elas até os sete anos de idade, mas no Brasil a realidade é de apenas seis meses, por isso nesse período é muito importante o aleitamento materno exclusivo, além de ser uma rica fonte de benefícios para a mãe e o bebê, é um momento em que ela estará focada e dedicada ao filho, e se sentirá valorizada e importante. (SILVA *et al.*, 2020)

É necessário que se coloque em prática as políticas que fortaleçam o vínculo binomial, para o progresso da mãe e do bebê. As mães tiveram maior adesão as consultas, pois a gravidez lhes desperta o desejo para a mudança de vida, bem como a necessidade de amamentar seu filho. Quando essas crianças são levadas para longe da mãe, após os seis meses de vida, podem se gerar traumas, tanto para as mulheres, como para a criança e seu desenvolvimento, por ter sido afastado da



mãe. Enquanto ao aleitamento materno, importante tanto para a nutrição neonatal, como para a fortificação do vínculo mãe bebê, é bem entendido pelas mães como fundamental para a saúde de seus filhos. O aleitamento, que na comunidade em geral, é permeado por dificuldades mesmo com orientações e suporte de profissionais, no ambiente carcerário apresenta um nível maior de dificuldades, devido à falta de orientações. A garantia de assistência por profissionais de saúde capacitados, dentro do regime prisional, é importante para a adesão e continuidade no processo de aleitamento. (ANDRADE, *et al.*2018).

Para haver uma assistência digna é necessário que as gestantes sejam acompanhadas integralmente e com regularidade, a ausência de atendimento e de profissionais pode romper o elo de segurança e agravar situações que podem comprometer a saúde e a vida da mãe e da criança. A humanização, ou a falta dela, impacta diretamente a situação da gestante e do bebê, sendo indispensável que os profissionais de saúde atuem com empatia e ética, colocando em prática a humanização que a profissão exige. (FERREIRA *et al.*, 2017).

O enfermeiro é responsável pelo acolhimento dessa população de maneira integral, para que os direitos da mesma sejam garantidos e as falhas do sistema de saúde dos presídios minimizadas. É necessário que haja uma capacitação adequada para que a equipe de enfermagem esteja preparada para trabalhar com o público privado de liberdade, onde a promoção da saúde se torna ainda mais importante. (SOUZA *et al.*, 2018).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os artigos analisados nesta revisão integrativa da literatura apontam que a saúde de gestantes e puérperas dentro de uma penitenciária é precária e de extrema dificuldade tanto para as mulheres quanto para os profissionais de enfermagem que enfrentam a luta no dia a dia para fornecer um atendimento digno as mesmas. Nota-se que a maioria das mulheres encarceradas tem o perfil jovem, solteira, baixo nível socioeconômico e de escolaridade e histórico de envolvimento com prostituição ou drogas. Essas mulheres vivem em um ambiente precário com más condições de higiene tanto pessoal quanto para o recém-nascido, sem um olhar

humanizado e sensibilizado para o acolhimento, para consulta digna que um recém-nascido e uma puérpera necessitam em um momento tão delicado na vida de ambos.

Embora existam algumas leis que determinam direitos de gestantes e puérperas dentro do regime prisional, não é a realidade que podemos encontrar nas penitenciárias femininas, afinal o regime prisional foi feito e pensado para a população masculina e não para a feminina.

Porém não podemos focar somente no ambiente precário e nas leis que são pouco aplicadas dentro da vida dessas mulheres encarceradas, existem também alguns profissionais que são pouco capacitados para o atendimento humanizado e adequado para as mesmas.

Se houvessem assim mais treinamentos e capacitações á esses profissionais, talvez as condições de atendimento as mulheres em cárcere seriam diferenciadas do que encontramos na realidade de hoje.

Houve limitação da pesquisa pela busca dos trabalhos terem ocorrido somente em uma base de dados em língua portuguesa. A partir disso sugerimos novas pesquisas em mais bases de dados em outras línguas para verificar de uma forma mais abrangente do que tem sido produzido de pesquisa para essa população.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, A.B.C.A; GONÇALVES, M.J.F. **Maternidade em regime prisional: desfechos maternos e neonatais/ Motherhood in prison regime: maternal and neonatal outcomes**. Rev. enferm. UFPE on line 12(6): 1763-1771, jun. 2018.

BORGES, A.P; ARENHARDT, K.; TERÇAS, A.C.P; CABRAL, J.F; LUCIETTO, G.C; NASCIMENTO, V.F; SILVA, R.A; GLERIANO, J. S; **Perfil socioeconômico e sexual de mulheres privadas de liberdade**. Rev enferm UFPE on line., Recife, 12(7):1978-85, jul., 2018.

CHAVES, L.H; ARAÚJO, I.C.A. **Gestação e maternidade em cárcere: cuidados de saúde a partir do olhar das mulheres presas em uma unidade materno-infantil**. Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 30(1), e300112, 2020

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. A constituição e a defensoria pública. **Direitos e deveres das mulheres presas**. Núcleo Especializado de Situação Carcerária. 2019.

DELZIOVO, C.R; OLIVEIRA, C.S; JESUS, L.O; COELHO, E.B.S. **Atenção à Saúde da Mulher Privada de Liberdade**. Florianópolis, SC, UFSC, 2015.

ELIAS, F.A; PINHO, J.P; OLIVEIRA, S.R. **Expectativas e sentimentos de gestantes sobre o puerpério: contribuições para a enfermagem / Expectations and feelings of pregnant women about the childhood: contributions to nursing**. Enferm. (Brasília);12(2): 283-289, set. 2021.

FERREIRA, L.S; MOREIRA, W.C; NASCIMENTO, M.V.F; SOUSA, G; SERTÃO, M.A.N.L; LAGO, E.C; ALENCAR, D.C. **Percepção de presidiárias sobre a assistência à saúde materna em uma penitenciária feminina / Percepción de los presos de la atención de la salud materna en una cárcel de mujeres / Prisoners; perception of maternal health care in a womens prison**. Vol. 33 no 4. Teresina (PI). Revista Cubana de Enfermeria, 2017.

FOCHI, M.C.S; HIGA R.; CAMISÃO, A.R; TURATO, E.R; LOPES, M.H.B.M. **Vivências de gestantes em situação de prisão**. Rev. Eletr. Enf (online), 2017.

FRANÇA, A.M.B; SILVA, J.M.O. **Maternidade em situação de prisão**. Revista Baiana de Enfermagem, Salvador, v. 29, n. 4, p. 411-420, out./dez. 2015.

SILVA, J.B; MORAES, M.N; BRANDÃO, B.M.L.S; FREITAS, W.M.F; SOUTO, R.Q; DIAS, M.D. **Mulheres em privação de liberdade: narrativas de des(assistência) obstétrica / Mujeres privadas de libertad: narrativas de (falta de) atención obstetrica / Women in deprivation of liberty: narratives of obstetric un(assistance)**. Vol. 24. Belo Horizonte. REME: Revista Mineira de Enfermagem, 2020.

SOUZA, G.C; CABRAL, K.D.S; LEITE-SALGUEIRO, C.D.B. **Reflexões sobre a assistência em enfermagem à mulher encarcerada: um estudo de revisão integrativa / Reflections on nursing assistance to incarcerated women: an integrative review**. Vol. 22 n.1. p. 55- 62. Umuarama. Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR, 2018.

## **Sobre os autores**

Elis Regina Pinto  
Acadêmica em Enfermagem pela Instituição Unieduk  
[elis.pinto765@al.unieduk.com.br](mailto:elis.pinto765@al.unieduk.com.br)

Fábio Luis Montanari  
Docente de Enfermagem pela Instituição Unieduk

[fabio.luis@prof.unieduk.com.br](mailto:fabio.luis@prof.unieduk.com.br)

Rayane Heloisa de Godoy  
Acadêmica em Enfermagem pela Instituição Unieduk  
[rayane.godoy981@al.unieduk.com.br](mailto:rayane.godoy981@al.unieduk.com.br)

Vitória Rachel de Oliveira Moura  
Acadêmica em Enfermagem pela Instituição Unieduk  
[vitoria.moura949@al.unieduk.com.br](mailto:vitoria.moura949@al.unieduk.com.br)